

ALCIDES MUNHOZ

COLÉGIO ESTADUAL ALCIDES MUNHOZ

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO



PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
DE HISTÓRIA
ENSINO FUNDAMENTAL

IMBITUVA - PR

IMBITUVA/2014

PROPOSTA CURRICULAR DE HISTÓRIA

1. Apresentação da Disciplina

A História como disciplina escolar foi criada pelo Colégio Pedro II, em 1837. Neste mesmo ano ela passou a ser considerada uma disciplina acadêmica pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). As primeiras produções de materiais pedagógicos foram elaboradas sob a influência da História Metódica e do Positivismo, caracterizadas pela linearidade dos fatos, pelo uso restrito dos documentos oficiais como fonte e verdade histórica, bem como a valorização da história política.

A História então foi trabalhada de acordo com a visão eurocêntrica ocidental, onde propunha uma ideologia do branqueamento, não enfatizando as etnias indígena e negra. O currículo tinha como objetivo destacar os valores da classe aristocrática, excluindo os demais grupos como sujeitos da história.

Em 1901, foi proposto neste Colégio Pedro II a implantação do conteúdo História do Brasil, o qual foi relegado a segundo plano por fazer parte da disciplina de História Universal. Apenas no governo do Estado Novo de Getúlio Vargas foi dada a sua devida importância, porém trabalhado de forma a reforçar o caráter moral e cívico dos conteúdos escolares.

Nas décadas seguintes manteve-se o ensino de História com caráter estritamente político e nacionalista, valorizando-se alguns personagens como sujeitos da História e de sua atuação em fatos políticos quanto pela abordagem dos conteúdos históricos de forma factual e linear, formal e abstrato, sem relação com a vida do aluno.

Na década de 1980 e no início dos anos 1990 com as reformas democráticas surgiram debates na educação, levando ao surgimento de novas propostas de ensino de História, com a elaboração de materiais didáticos e de novas propostas curriculares, em vários estados, inclusive no Paraná. Esta proposta estava pautada na historiografia social, no materialismo histórico dialético, com alguns elementos da Nova História.

Nesta nova proposta prevalecia-se a valorização dos sujeitos, o estudo da produção do conhecimento histórico, das fontes e das temporalidades. Procurou ser contrária a uma racionalidade histórica linear, ou seja, eurocêntrica, factual, heroica e cronológica.

Na década de 1990, o documento Reestruturação do Ensino de Segundo Grau no Paraná, também fundamentado na pedagogia histórico-crítica dos conteúdos, apresentava uma proposta curricular de História com destaque para a organização dos conteúdos, a partir do estudo da formação do capitalismo no mundo ocidental e a inserção do Brasil neste quadro pela retomada da historiografia social ligada ao

materialismo histórico dialético.

Para o Primeiro Grau o conteúdo foi dividido em dois blocos distintos: História do Brasil e História Geral, sendo que a História da América Latina e do Paraná apenas foi tratado como estudo de caso, com pouca relevância nos conteúdos apresentados. Da mesma forma, os conteúdos não superaram a racionalidade histórica linear e cronológica na abordagem política econômica da disciplina.

Durante as reformas educacionais da década de 1990, o Ministério da Educação divulgou os PCN para o Ensino Fundamental e Médio, onde a disciplina de História fazia parte das Ciências Humanas e suas Tecnologias juntamente com as disciplinas de Geografia, Sociologia e Filosofia.

Nos PCN, a disciplina de História foi apresentada de forma pragmática, com destaque para a relação que o conhecimento deve ter com a vivência do educando, sobretudo no contexto do trabalho e do exercício da cidadania. No Ensino Médio o destaque era para a preparação do aluno para o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e tecnológico.

Nos PCN do Ensino Fundamental evidenciaram-se na disciplina de História os seguintes aspectos: histórico da disciplina no Brasil, historiografia atualizada e aproximação entre ensino e pesquisa em História. Os PCN também privilegiaram uma abordagem psicológica e sociológica dos conteúdos; minimizaram a análise do objeto de estudo da disciplina e do pensamento crítico; e uma articulação entre o conhecimento do aluno com a historiografia atual.

A partir do ano de 2003 iniciou-se a elaboração das Novas Diretrizes Curriculares Estaduais para o ensino de História considerando a diversidade cultural, a memória paranaense e os movimentos sociais. Com essas Diretrizes e novas Leis estabelecidas, tornou-se obrigatório o ensino de conteúdos de História do Paraná, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura dos Povos Indígenas do Brasil.

De acordo com as Diretrizes Curriculares o ensino de História tem como referência os Conteúdos Estruturantes, englobando as relações de trabalho, de poder e culturais que visam sustentar a investigação histórica em uma nova racionalidade não linear e temática.

As correntes historiográficas apresentadas nas Diretrizes Curriculares de História são: a Nova História, Nova História Cultural e a Nova Esquerda Inglesa. Elas dialogam entre si e trazem grandes contribuições para a formação de um pensamento histórico pautado em uma nova racionalidade histórica.

Justifica-se a importância do conhecimento da Disciplina de História como saber

escolar para a formação do estudante na medida em que a História tem como objeto de estudo às ações e às relações humanas praticadas no tempo e a significação dos sujeitos e de suas ações. As relações humanas produzidas por essas ações podem ser definidas como estruturas sócio-históricas, ou seja, são as formas de agir, pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente.

A produção do conhecimento histórico requer um método específico, baseado na explicação e interpretação de fatos do passado, produzindo uma narrativa histórica que tem como desafio contemplar a diversidade das experiências sociais, culturais e políticas dos sujeitos e suas relações, com a finalidade de formar um pensamento histórico a partir da produção do conhecimento.

A nova Proposta Curricular tem objetivo primordial para o ensino de História a formação de um “cidadão crítico” que possa interagir na sociedade em que vive. Dessa forma, o aluno ao estudar as sociedades do passado deve compreender o tempo presente e perceber-se como agente social capaz de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática. Portanto, o conhecimento é construído socialmente e, por isso, o desenvolvimento intelectual ocorre na interação do indivíduo com o meio social.

A aprendizagem histórica tem como finalidade principal desenvolver no aluno sua consciência histórica, capacitando os jovens se orientarem na vida e constituírem uma identidade a partir da relação com os múltiplos sujeitos e suas respectivas visões de mundo e temporalidades em diversos contextos espaços-temporais por meio da narrativa histórica. Essas narrativas apresentam as continuidades como um processo no qual a alteração dos modos de vida permitem a constituição de uma identidade, sendo esta, a constituição dos sujeitos pelo Outro. O “Outro” significa os sujeitos que viveram em outros espaços e outros tempos históricos. Nessa forma de narrativa, o tempo é encarado como um princípio ou um procedimento metodológico sustentado pelas relações de temporalidade (permanências, transformações, simultaneidade, recorrências, etc.).

A prática do professor de História deve contribuir para a formação da consciência histórica dos alunos a partir de uma racionalidade histórica não linear e multitemporal. Para desenvolver essa prática é necessário que o professor tenha claro os objetivos principais do ensino de História.

Entre esses objetivos podemos destacar que é possível desenvolver a construção, por parte do educando, da capacidade de pensar historicamente, sendo que esta operação engloba uma percepção crítica e transformadora sobre os eventos e estudos históricos, bem como, a aquisição de conhecimentos sobre diferentes momentos

históricos, a fim de desenvolver a habilidade de coordenação do tempo histórico.

Também deve ser destacado como objetivo do ensino de História, conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo nas suas histórias semelhanças e diferenças, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais, fazendo com que o aluno se perceba como sujeito da história e seja capaz de contribuir para mudanças históricas.

Para que o estudo da História se torne significativo para o aluno faz-se necessário também que ele desenvolva o senso crítico, no sentido de que seja capaz de formar uma opinião possível sobre os eventos históricos estudados, valorizando sua cidadania no exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, respeitando às diferenças e manifestando o repúdio às injustiças, às desigualdades sociais e todas as formas de preconceito.

O conhecimento histórico é construído socialmente e o desenvolvimento intelectual do educando passa pela interação com o meio social, portanto, favorecem uma capacidade maior de compreender a historicidade dos valores e dos conflitos sociais formados historicamente.

2. Conteúdos Estruturantes, Conteúdos Básicos e Conteúdos Específicos

No Ensino Fundamental, os Conteúdos Estruturantes – Relações de Trabalho, Relações de Poder e Relações Culturais -, tomados em conjunto articulam os conteúdos básicos e específicos a partir das histórias locais e do Brasil e suas relações ou analogias com a História Geral, e permitem acesso ao conhecimento de múltiplas ações humanas no tempo e no espaço por meio do processo pedagógico, buscando-se construir uma consciência histórica que possibilite compreender a realidade contemporânea e as implicações do passado em sua constituição. (DCE, 2008, p. 74).

Estes Conteúdos têm por objetivo destacar a importância da História do Brasil e das Histórias Locais sendo construídas pelos múltiplos sujeitos da História, mas relacionando-as com a História Mundial. Essa nova perspectiva permitirá estabelecer relações entre a sociedade brasileira e as demais, como a indígena, a africana e asiática, promovendo a reflexão sobre sujeitos até então negligenciados pela História.

Esses Conteúdos Estruturantes apontam para o estudo das ações e relações humanas que constituem o processo histórico, o qual é dinâmico. As temáticas principais são: História Local, História e Cultura Afro-Brasileira, História do Paraná e História da Cultura Indígena.

Também serão contemplados de acordo com a LDB, os seguintes temas: Direitos das Crianças e Adolescentes, Símbolos Nacionais, Proteção e Defesa Civil e Educação Ambiental e Música.

2.1 – Relações de Trabalho

De modo geral, o trabalho é todo ato de transformação feito pelo ser humano. O trabalho, ao longo do tempo, adquiriu várias formas, organizações e valores. Pelo trabalho expressam-se as relações que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza, seja no que se refere a produção material como à produção simbólica.

O estudo das relações de trabalho deve contemplar diversos tipos de fontes, apresentando diferentes visões históricas, as quais buscam detectar a voz dos excluídos e não apenas o olhar dos vencedores, privilegiados nos documentos oficiais.

As relações de Trabalho, articuladas aos demais Conteúdos Estruturantes, permitem reconhecer as contradições de cada época e entender como essas relações foram construídas no processo histórico e como determinam a condição de vida do conjunto da população.

2.2 – Relações de Poder

Sociedade é o conjunto de pessoas que convivem em um determinado espaço, que seguem as mesmas regras e que compartilham valores, costumes, língua, etc. Um dos principais elementos comuns a todas as sociedades hierarquizadas é a existência de conflitos sociais. Os conflitos sociais expressam as contradições em nível econômico e político.

O poder se estabelece na sociedade, se manifesta como relações sociais e ideológicas estabelecidas entre aquele que exerce e aquele que se submete, portanto, o que existe são as relações de poder, que não se limita apenas ao âmbito político, mas também nas relações de trabalho e cultura.

Pela Nova História Cultural, o estudo das relações de poder remete as esferas das representações, do imaginário e das práticas sociais. Nesta visão, os saberes são poderes, de acordo com Foucault (2004). Tais poderes estão presentes nas instituições, nos Estados Nacionais, nas igrejas e nos organismos internacionais políticos, econômicos e culturais.

As relações de poder são exercidas nas diversas instâncias sócio-históricas, como o mundo do trabalho, as políticas públicas e as diversas instituições. Estas relações estão no cotidiano do aluno permitindo a ele reconhecer as diversas formas de poder estabelecidas em sociedade e posicionar-se frente a eles.

2.3- Relações Culturais

A cultura é criada e transmitida na interação social, e é apreendida em nossas relações grupais em que a adquirimos identidades particulares que nos distinguem de outros grupos e de outras culturas. Por meio da interação, apropriamo-nos de certas “verdades” socialmente aceitas que se integram ao nosso código cultural, e esse mesmo processo ocorre no sentido inverso, ao aprendermos culturalmente o que deve ser negado, odiado ou desprezado. Dito de outra forma, a cultura sintetiza nossa forma de valoração do mundo, um conjunto de valores que nos são transmitidos pela família, escola, universidade, círculo de amizade, trabalho, meios de comunicação, etc.

Cultura é uma perspectiva do mundo que as pessoas passam a ter em comum quando interagem. É o que as pessoas acabam por pensar em comum – suas ideias sobre o que é verdadeiro, correto e importante. Essas ideias nos guiam, determinam muitas de nossas escolhas, têm consequências além de nosso pensamento. Nossa cultura, compartilhada na interação, constitui nossa perspectiva consensual sobre o mundo e dirige nossos atos nesse mundo.

Ao se propor as relações culturais como um dos Conteúdos Estruturantes para o estudo da História, entende-se a cultura como aquela que permite conhecer os conjuntos de significados que os homens conferiram a sua realidade para explicar o mundo. Este estudo deve considerar a especificidade de cada sociedade e as relações entre elas. O processo histórico constituído nesta relação pode ser chamado de cultura comum.

Nas Diretrizes Curriculares de História estes Conteúdos Estruturantes permitem construir uma fundamentação histórica das abordagens relativas aos temas ou conteúdos básicos e aos conteúdos históricos específicos. Desta forma materializam as orientações do agir humano estruturadas na formação do pensamento histórico.

2.4 – Conteúdos Básicos e Estruturantes correspondentes a cada ano

6º. ANO: Conteúdos Básicos e Específicos

1) A experiência humana no tempo.

1.1 - Formas de Temporalidades e Periodizações – concepções de História, fontes e fatos históricos. Tempo Histórico – individual – social e familiar. Lugares de Memória: museus, arquivos, documentos.

2) Os sujeitos e suas relações sociais no tempo.

2.1 - Memória local: confecção das Histórias de Vidas dos alunos e suas relações com a História do Município.

2.2 – Formação da cidadania com a análise do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.3 - Teorias do surgimento do homem na América – Evolução Humana, Pré-História e

Povos Primitivos da América.

2.3 - Nações Indígenas do Brasil e do Paraná – organização socioeconômica e cultural.

2.4 - Diferentes Sociedades da Antiguidade: Egito, Mesopotâmia, Hebreus e Persas.

2.5 – A Formação das Pólis Gregas e a constituição dos espaços de política, comércio, agricultura e pastoreio.

2.6 – Formação das cidades romanas e a constituição de seu império;

3) *A cultura local e cultura comum.*

3.1 - Manifestações Populares no Paraná: Congada, Fandango, Lendas, Rituais e Festividades Religiosas.

3.2 – A Música como manifestação cultural nas várias civilizações.

3.3 - Música e Cultura comum local – Imbituva.

7º. ANO: Conteúdos Básicos e Específicos

1) *A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade; as relações entre campo e cidade.*

1.1 – Processo de Ruralização da Sociedade Ocidental Europeia – Feudalismo: relações de trabalho (servidão).

1.2 - Renascimento Comercial e formação dos burgos medievais. Transição do trabalho servil para o assalariado do final da Idade Média.

1.3 – Reinos e Impérios Africanos.

1.4 - As grandes navegações e o processo de colonização da América – o encontro de dois mundos.

1.5 – Organização espacial e cultural dos povos pré-colombianos (Astecas, Incas e Maias).

2) *As relações de propriedade.*

2.1 - Conformação territorial do Brasil Colônia e seus desdobramentos políticos e econômicos. Economia e Sociedade Colonial.

2.2 - A expansão do território brasileiro: Bandeirantismo e Missões Jesuíticas (Espanholas no Paraná).

2.3 – Devastação Ambiental do território brasileiro com a colonização europeia.

3) *Conflitos e resistências e produção cultural campo/cidade.*

3.1 - Constituição das Grandes Propriedades no Brasil e Lei de Terras de 1850 (latifúndios do século XX). A luta pela terra no Brasil atual.

8º. ANO: Conteúdos Básicos e Específicos

1) História das relações da humanidade com o trabalho.

1.1 - As Formas de Resistência dos Escravos na Antiguidade e no Brasil Colônia, na lavoura de cana-de-açúcar e na mineração. Formas de resistência à escravidão. Formação de Quilombos.

2) O trabalho e a vida em sociedade.

2.1 - Comunidades Tradicionais no Paraná: Faxinais, Quilombolas, Ribeirinhos e Caiçaras.

2.2 – Tropeirismo e formação das cidades paranaenses (Imbituva – história local).

2.3 – A Extração da Erva-Mate e da Madeira e suas implicações na devastação Ambiental do Paraná.

2.4– O Trabalho nas lavouras canavieiras, no fabrico do açúcar, na mineração e nas fazendas de gado no Brasil colônia.

3. O trabalho e as contradições da modernidade

3.1 – Influência das Ideias Iluministas para as sociedades modernas e a instituição de direitos, deveres políticos e civis.

3.2 - O processo revolucionário francês e o legado da Revolução Francesa.

3.3 - O sistema fabril europeu, a organização do trabalho.

3.4 - A imigração do século XIX como forma de substituição do trabalho escravo. Exclusão dos negros libertos.

4) Os trabalhadores e as conquistas de direitos

4.1 – Período Imperial e a Construção do Estado Nacional. Revoltas do período imperial na formação do Estado e na busca de direitos e melhorias de vida de uma população excluída pelo Estado.

4.2 - A formação da Classe Operária e suas reivindicações no século XIX.

9º. ANO: Conteúdos Básicos e Específicos

1) A constituição das instituições sociais.

1.1 – Formação da sociedade patriarcal e nuclear dos Bandeirantes.

1.2 – Instituições familiares e sociais do Brasil contemporâneo.

2) Formação do Estado.

2.1 – A Formação do Estado Republicano Brasileiro e suas Oligarquias.

2.2 – Os Símbolos Nacionais como representatividade da formação do Estado Nacional Brasileiro e sua consolidação como identidade nacional.

2.3 – Características dos Estados Totalitários: Fascismo e Nazismo.

2.4 - A Constituição Populista no Brasil: a Era Populista (Getúlio Vargas a João Goulart) uma modalidade política para as massas.

2.5 - O período de Ditadura Militar como um momento de grande repressão política.

2.6 - O processo de Redemocratização com a mobilização civil.

2.7– Os Governos Brasileiros na década de 1990 com o discurso Neoliberal e sua relação com política Mundial.

3) *Os sujeitos, guerras e revoluções.*

3.1 - A Revolução Federalista como movimento de oposição à centralização do poder federal no início da República.

3.2 - Os Movimentos Messiânicos como uma reação às reações capitalistas que estavam provocando a desintegração das relações tradicionais no campo.

3.3 – O Cangaço como forma de resistência ao sistema de exclusão da Primeira República.

3.4 – O Tenentismo como forma de protesto e de reivindicação de mudanças na arena política e social da Primeira República.

3.5 – Os movimentos de contracultura, como o movimento feminista e o negro, como uma forma de propor mudanças nas relações de poder constituída na sociedade.

3.6 - O processo de colonização e resistência das populações locais ao poder Imperialista no século XIX.

3.7 – As Guerras Mundiais como uma nova modalidade de Guerra, a Total, que mobiliza a produção e a economia dos países envolvidos.

3.8 – A Guerra Fria como uma competição entre o Bloco Capitalista e Socialista.

3. Metodologia

Para que o estudo da História se torne significativo para o aluno faz-se necessário a contextualização dos conteúdos, ou seja, é imprescindível motivar o aluno.

Os procedimentos metodológicos utilizados pelo professor devem ser aqueles que levem o aluno à compreensão do processo de construção do conhecimento histórico, ou seja, como é produzido a partir do trabalho de um pesquisador que tem como objeto de estudos os processos históricos relativos às ações e as relações praticadas no tempo, bem como os sentidos que os sujeitos deram às mesmas de forma consciente ou não.

O professor deverá utilizar uma metodologia que considere a produção do conhecimento histórico como processo, e deste modo exigirá que seja constantemente retomado para que os alunos possam compreender as diferentes interpretações de um mesmo acontecimento histórico, a necessidade de ampliar o universo de consultas

quando se pretende entender melhor diferentes contextos históricos, a importância do trabalho do historiador e da produção do conhecimento histórico para a compreensão do passado; a valorização dos documentos históricos e sua preservação, bem como lugares de memória como museus, bibliotecas, acervos públicos e privados de fotografias, documentos escritos e audiovisuais, entre outros, como fontes de pesquisas e de reconhecimento do trabalho realizado pelos pesquisadores.

Os encaminhamentos metodológicos têm como finalidade a formação do pensamento histórico dos estudantes. Isso se dá quando professor e aluno utilizam, em sala de aula e nas pesquisas escolares, os métodos de investigação histórica articulados pelas narrativas históricas desses sujeitos. Assim, os alunos perceberão que a História está narrada em diferentes fontes (livros, cinema, canções, palestras, relatos de memória, fotografias, etc.), sendo que os historiadores se utilizam destas fontes para construir suas narrativas históricas.

O trabalho metodológico do professor deve ser fundamentado em várias fontes e autores, e suas respectivas interpretações, para que o aluno entenda que não existe uma verdade histórica única, e sim que verdades são produzidas a partir de evidências que organizam diferentes problematizações fundamentadas em fontes diversas, promovendo a consciência da necessidade de uma contextualização social, política e cultural em cada momento histórico.

Para adotar esta metodologia, na produção do conhecimento histórico, o professor deve organizar seu trabalho pedagógico por meio de: trabalho com vestígios e fontes históricas diversos; fundamentação na historiografia; problematização do conteúdo; a organização deve ser estruturada por narrativas históricas produzidas pelos sujeitos.

Para que esta metodologia seja aplicada na prática, poderão ser utilizados alguns procedimentos que tornarão o trabalho com o aluno mais produtivo. Exemplos:

- Questionar os alunos sobre o que sabem, quais suas ideias, opiniões, dúvidas e hipóteses sobre o tema em debate e valorizar seus conhecimentos, estimulando a troca de informações, promover trabalhos interdisciplinares;
- Propor pesquisa para que os alunos façam uso de dados para serem analisados e interpretados;
- Chamar a atenção para as relações que se estabelecem entre o presente e o passado;
- Desenvolver atividades com diferentes fontes de informações (livros, jornais, revistas, filmes, fotografias, objetos, etc) e confrontar dados e abordagens;
- Trabalhar com a ideia de duração e ritmo temporais e construir periodizações para

os conteúdos estudados;

- Solicitar produções de textos, imagens, propor a criação de mapas, murais, história em quadrinhos, maquetes, exposições e estimular a criatividade expressiva.

É essencial chamar a atenção dos alunos para a dinamização dada aos conteúdos selecionados para cada série, que contemplam estudos comparativos, distinções entre as semelhanças e as diferenças, entre as permanências e transformações, as diferenças entre as organizações dos grupos, as relações entre as situações econômicas, políticas e sociais. Uma metodologia atual do ensino de história deve ir além das amarras da mesmice e ousar, sem, no entanto esquecer a realidade do aluno, dando-lhe informações para que possa fazer suas reflexões.

4. Avaliação

A avaliação deve estar colocada a serviço da aprendizagem de todos os alunos e inserida nas ações pedagógicas do professor e não deve ser usada para excluir e classificar alunos.

Propomos uma avaliação de acordo com as Diretrizes Curriculares, avaliação diagnóstica, possibilitando ao educador e aos alunos avaliar seus desempenhos refletindo sobre a aprendizagem, bem como planejar e propor outros encaminhamentos que visem à superação das dificuldades constatadas.

A avaliação deve ser compreendida como um fenômeno compartilhado, contínuo, processual e diversificado, o que propicia uma análise crítica das práticas que podem ser retomadas e reorganizadas pelo professor e pelos alunos.

Retomar a avaliação com os alunos permite, ainda, situá-los como parte de um coletivo, em que a responsabilidade pelo e com o grupo seja assumida com vista à aprendizagem de todos.

Para diagnosticar e controlar o processo educativo, utilizaremos três tipos de avaliações:

1. **A Avaliação Inicial** que busca verificar os conhecimentos prévios dos alunos e possibilita a eles a tomada de consciência de suas limitações e da necessidade de superá-las.

Deve ser o registro e interpretação das respostas e dos comportamentos dos alunos ante perguntas e situações relativas as metodologias de aprendizagem repassadas pelos professores.

2. **A Avaliação Formativa** que visa a observação sistemática e pautada do processo de aprendizagem. Registro das observações em planilhas de acompanhamento.

Interpretação das observações.

3. A **Avaliação Somatória** que procura medir os resultados da aprendizagem dos alunos. Observação, registro e interpretação das respostas e comportamentos dos alunos a perguntas e situações que exigem a utilização dos conteúdos aprendidos.

Esses três tipos de avaliação estão interligados e são complementares, porque por meio delas o professor têm elementos para planejar e o aluno toma consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades, afinal a avaliação deve visar o processo educativo como um todo, e não o êxito ou o fracasso dos alunos.

A avaliação se dará de modo contínuo, processual e diversificado, onde tudo será avaliado: a participação e envolvimento dos alunos nos níveis de aprendizagem (conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese, elaboração de painéis e exposições, pesquisas bibliográficas, etc.).

As formas de avaliação devem conter exercícios, questões discursivas e reflexivas, pequenos textos para interpretações, citações para análise, a fim de que o aluno desenvolva os seus níveis de aprendizagem.

Na avaliação é importante destacar alguns elementos básicos como: a capacidade de raciocinar, concluir, encontrar soluções, relacionar fatos, comparar, analisar, sintetizar habilidades importantes para a formação do cidadão dotado de visão crítica e espírito participativo.

O processo de avaliação deve priorizar mecanismos que detectem se o aluno compreendeu o processo histórico e se está capacitado para emitir julgamento crítico sobre os temas estudados.

O resultado do processo educativo deve manifestar-se no comportamento intelectual, ou seja, na elaboração do conhecimento e no comportamento social do aluno, reconhecendo-se como sujeito histórico.

5 – Referências Bibliográficas

1. CADERNO DE EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA. SEED: Curitiba.
2. PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de História para o Ensino Fundamental** . Curitiba: SEED, 2008.
3. PELEGRINI, Marco César, DIAS, Adriana, GRINBERG, Keila. **Vontade de Saber História**. 2. Ed. São Paulo: FTD, 2012.